

Estímulo legal ao amor e à vida

Fabiano Veneza



Aline da Conceição amamenta seu filho recém-nascido: leite materno é fundamental nos seis primeiros meses de vida

O leite materno é o mais completo alimento para o bebê até o sexto mês de vida. Dados da Sociedade Brasileira de Pediatria mostram que bebês de seis a oito meses obtêm 70% de suas necessidades energéticas do leite materno, e até a criança completar os dois primeiros anos de vida, ela ainda detém 40% das necessidades nutricionais diárias através da amamentação. Apesar dos benefícios oferecidos pelo leite materno – não custa nada, é de fácil aquisição, está pronto para o consumo e livre de contaminações externas –, e do alimento reduzir em até um quinto os índices de mortalidade infantil em países em desenvolvimento, como o Brasil, os

números da amamentação exclusiva nos seis primeiros meses de vida estão longe do ideal. Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde mostra que 97% das crianças brasileiras mamam por um período inferior ao recomendável, sendo de 29 dias a média do aleitamento da população brasileira. A preocupação com o tema também mobilizou os deputados estaduais do Rio de Janeiro, que, atentos à importância da amamentação para a saúde da mãe e do bebê, apresentam propostas visando estimular a prática e, assim, valorizar ainda mais a vida dos pequenos fluminenses.

PÁGINAS 4 e 5

Escola do Legislativo prepara curso para novos deputados

PÁGINA 3

Em debate: soluções para o déficit habitacional

PÁGINA 6

CPI quer unir três poderes para salvar a Varig

PÁGINA 7

Segundo turno é pauta na TV Alerj

PROGRAMA DEBATE RJ REÚNE DEPUTADOS DO PT E DO PSDB PARA DISCUTIR A RETA FINAL DA CORRIDA PRESIDENCIAL

MARCELA MACIEL

O segundo turno das eleições para presidente da República deu o tom da conversa entre os deputados estaduais Gilberto Palmares (PT) e Luiz Paulo Corrêa (PSDB), no programa Debate RJ, da TV Alerj. Dentro do assunto, os dois parlamentares discutiram temas como educação, habitação e funcionalismo público. As diferenças nos projetos de Governo dos candidatos Geraldo Alckmin (PSDB) e Lula (PT) também foram abordados pelos debatedores. O programa será transmitido pelo canal 12 da Net, no dia 26, às 23h30.

Palmares, que é do partido do presidente, que busca a reeleição, defendeu os projetos de Lula, lembrando que seu partido se destaca por entender que qualquer medida é importante no desenvolvimento do país e na diminuição das desigualdades sociais. “No Governo de Fernando Henrique Cardoso tudo que assistimos foi a entrega do patrimônio público”, disse o petista. Para o tucano Luiz Paulo, porém, projetos como o Bolsa Escola foram copiados por Lula da gestão de seu antecessor, assim como o programa econômico de câmbio e juros. “Nos últimos quatro anos gastamos o dinheiro público pagando dívidas públicas. E o que Lula fez?



O jornalista Edgar de Carvalho, ao lado dos deputados Luiz Paulo e Gilberto Palmares

Tudo o que ele começou não foi concluído”, afirmou o deputado do PSDB.

Ao discutir sobre educação, Palmares citou os 230 mil jovens que tiveram acesso ao Ensino Superior através do Programa Universidade para Todos (ProUni) e a expansão da rede de ensino técnico. Ele lembrou também que uma das prioridades do Governo federal é a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Em resposta, Luiz Paulo lembrou que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), imple-

mentado na gestão anterior, pôs mais de 95% das crianças nas escolas. “Lula criou o Fundeb baseado no Fundef e, mesmo com a maioria no Parlamento, não conseguiu aprovar sua proposta”, criticou.

Ao defender a reeleição de Lula, Palmares argumentou que, nos quatro anos em que governou o País, o petista começou seus projetos: “Agora é necessário um segundo mandato para concluir os seus planos”. Já Luiz Paulo ressaltou a experiência de Geraldo Alckmin na política. “Ele já tem o aprendizado para fazer um governo competente”, afirmou.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Sívuca

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Graça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi Ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Leal, Clarisse Bretas,

Dafne Capella, Fabiano Veneza,

Lilian Dias, Luciana Mendes,

Marcela Palma, Marcela Maciel,

Sérgio Jardim, Thayssa Plum

Fotógrafo:

Rafael Wallace

Diagramação:

Pedro Koblit

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Parece hilariante, mas há um lado trágico. Porque política, devemos fazer com paixão. Mas a paixão não pode nos arrebatar!”

Luiz Paulo (PSDB), comentando a briga entre mulheres militantes do PT e do PSDB, que resultou na perda de parte de um dedo de uma das envolvidas



“Que ação social é essa? Podemos então concluir que não são as concessionárias que investem no social, e sim os consumidores.”

Samuel Malafaia (PMDB), criticando o repasse do custo do financiamento de programas sociais feito por concessionárias de energia para as contas dos clientes

“Temos que debater o que queremos para o nosso futuro e para os nossos filhos. Parece que estão querendo fugir deste debate, que é pensar o futuro do Brasil.”

Cida Diogo (PT), reclamando da fixação da cobertura das eleições presidenciais no caso do dossiê

Preparação para a grande estréia

ESCOLA DO LEGISLATIVO REALIZARÁ SÉRIE DE CURSOS PARA TIRAR DÚVIDAS DOS NOVOS DEPUTADOS E ASSESSORES

ALINE LEAL

Apresentar os aspectos do dia a dia do Parlamento estadual. Mais do que uma atitude simpática, o projeto Boas Vindas, elaborado pela Escola do Legislativo Fluminense (ELF), tem como objetivo apresentar aos deputados estaduais que ocuparão as dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a partir do ano que vem as nuances do processo legislativo e as rotinas que nortearão seus trabalhos na Casa pelos próximos quatro anos. Através de cursos e workshops, que serão abertos não só aos parlamentares como também a seus assessores, a ELF pretende apresentar os departamentos da Assembleia e o Regimento Interno da Casa, além de estudar a Constituição estadual.

O programa de recepção é a resposta da Escola a uma solicitação da Mesa Diretora da Casa. Segundo a diretora da Escola, Jackeline Marins, o objetivo maior do projeto é diminuir as dificuldades encontradas pelas equipes dos parlamentares nos primeiros contatos com as peculiaridades do Legislativo. “Procuramos atender a uma demanda das assessorias, que nos procuram para fazer consultas sobre o processo legislativo”, conta. Segundo ela, o modelo de programa já existe no Senado federal e em algumas Assembleias estaduais. “Cada Casa legislativa tem um ritual diferenciado, e durante as atividades os deputados poderão se familiarizar com a Alerj”, diz Jackeline.

Neste objetivo, segundo ela, a ELF não poupou esforços para aproximar o treinamento da realidade. Para que os deputados eleitos sintam uma prévia da dinâmica parlamentar e se acostumem às terminologias utilizadas nas sessões plenárias, será realizada a atividade Plenário em pré-estrela, uma simulação das atividades que exercerão dentro do Plenário Barbosa Lima Sobrinho. Na atividade, serão apresentadas questões relacionadas às modalidades das sessões plenárias, desde o expediente inicial até o expediente final.



Jackeline Marins e a equipe da ELF: cursos para receber os novos parlamentares

Treinamento será realizado em dezembro e janeiro

As inscrições para o projeto Boas Vindas poderão ser feitas a partir da segunda quinzena de novembro, na sede da Escola do Legislativo Fluminense, no segundo andar do Centro Administrativo da Alerj, na Rua da Alfândega, 8, no Centro do Rio. Os cursos são destinados aos parlamentares e suas equipes. Acompanhe a programação, que terá início no dia 6 de dezembro e se estende até o fim de janeiro:

I - Apresentação da Alerj

06 e 07 de dezembro

Auditório Senador Nelson Carneiro

II- Plenário em pré-estrela

22, 23 e 24 de janeiro de 2007

III- Tudo em ordem

11 e 12 de janeiro de 2007

IV- Caminhos Legislativos

15 a 26 de janeiro

V- Bom começo

29 de janeiro

VI- Noções para elaboração de pronunciamentos

29, 30 e 31 de janeiro

Os cursos e workshops oferecidos pretendem ainda estimular a intimidade das novas equipes com os procedimentos da Casa. Uma ferramenta importante para esse fim é o mapa administrativo da Alerj, que será apresentado no curso Tudo em ordem, destinado à assessoria dos gabinetes. Elaborado para facilitar os assessores a situarem suas atividades dentro da Assembleia, o mapa pretende aumentar a eficiência do trabalho – por exemplo, o mapa mostrará os caminhos percorridos por um projeto de lei desde

a sua apresentação pelo deputado, até a votação na Ordem do Dia. Para isto, os cursos terão a parte teórica intercalada com oficinas, para sedimentar os conceitos passados.

De acordo com Jackeline, a realização do Boas Vindas é fruto do empenho de todos os setores da Casa, já que as atividades serão ministradas por funcionários dos departamentos da Alerj que tenham autoridade e habilidade em passar informação, com base no Regimento e em um livreto preparado pela escola.

Idéias e iniciativas que fortalecem os laços entre mães e bebês

Aumento da licença-maternidade é proposto em projeto de lei

CLARISSE BRETAS E LUCIANA MENDES

Mãe da pequena Karen, Elizabete Marcelino, de 20 anos, se preparou para dar à filha o que tem de melhor, para que ela cresça saudável: o leite materno. Apesar de se preparar para o retorno ao trabalho, ela garante que o bem estar da herdeira está em primeiro lugar. “Pretendo amamentá-la enquanto puder. Conheço os benefícios da amamentação, para mim e para meu bebê”, conta. Os parlamentares da Assembléia Legislativa do Rio também reconhecem a importância do leite materno para o desenvolvimento das crianças e buscam, através de leis aprovadas pela Casa e projetos apresentados ao longo dos anos, jogar luz sobre o tema e garantir o bem-estar físico e mental das mães e dos bebês fluminenses.

O presidente da Comissão de Saúde da Casa, deputado Paulo Pinheiro (PPS), defende a aplicação das leis, mas acredita que o curto período da licença maternidade e a falta de informações fazem com que a mãe não amamente o filho satisfatoriamente. “O próprio médico deve dar todas as informações necessárias sobre aleitamento logo na primeira consulta do pré-natal à gestante, explicando como fazer para que o bico do seio não rache, por exemplo”, afirma Pinheiro, que defende também os alojamentos conjuntos, que consistem em aproximar mãe e filho nas horas seguintes ao parto nas maternidades. Já a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Cida Diogo (PT), se declara uma defensora ferrenha da amamentação pelo maior tempo possível. “O aleitamento é importante não só nutritiva e emocionalmente, mas também porque foi comprovado que mulheres que amamentam por mais tempo têm menores chances de apresentar câncer de mama”, lembra a parlamentar.

Presidente do Comitê de Aleitamento Materno da Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro (Soperj), José Vicente de Vasconcellos faz coro com os parlamentares. “Estudos mais recentes comprovam que o aleitamento materno previne, na mãe, doenças como câncer de mama e de ovário, diabetes e osteoporose. Para o filho, além de receber o alimento mais completo que existe, ele também previne doenças como asma e gastroenterite, e, na adolescência, colesterol alto e obesidade”, afirma o pediatra, que também ressaltou a importância dos bancos de leite, para proteger os bebês cujas mães não têm condições de amamentar.

A importância de estabelecer contato entre mãe e filho também esteve na ordem do dia da Casa, como é o caso do projeto de lei 3.104/06, que institui o programa “Maternidade Cidadã”, buscando estimular empresas a ampliarem, voluntariamente, o período da licença-maternidade por mais 60 dias, após o término do prazo previsto por lei, de 120 dias. A empresa que aderir ao programa pode ter ainda benefícios fiscais regulamentados pelo Estado, como redução do ICMS, e poderá receber o Selo Empresa Cidadã. Autor da proposta, o deputado Coronel Jairo (PSC) lembra que entidades como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) também já reconheceram a importância do aleitamento para fortalecer os laços entre mãe e filho. “O primeiro contato entre mãe e bebê é fundamental para a determinação da sensibilidade e personalidade da criança, tanto é que as duas entidades também estão na luta para ampliar a licença-maternidade de 120 para 180 dias”, defende. O parlamentar apresentou ainda outros dois projetos, em tramitação na Alerj, que asseguram a licença-maternidade de seis meses para servidoras estaduais que tiverem mais de um filho. Um modifica o Estatuto do Servidor, ampliando a licença para seis meses no caso de mães biológicas de gêmeos, e o outro altera a Lei 3.693/01, aumentando para 180 dias a licença para as mães que adotarem mais de um filho, simultaneamente.



Acima, Elizabete Marcelino observa o sono da pequena Karen: ela pretende amamentar a filha o máximo possível. Ao lado, captação de doadores de leite por bombeiros, seguido pelo material, que é processado e, depois, armazenado.

Projeto estimula a doação de leite materno

Criado em 1999, o programa Bombeiro Amigo do Peito tem o objetivo de estimular a amamentação. Através do SOS Amamentação (0800 26 88 77), os bombeiros esclarecem dúvidas e agendam o recolhimento do leite a ser doado por mães interessadas em participar do programa. A equipe da corporação vai à casa da doadora recolher o leite e o entrega no Instituto Fernandes Figueira (IFF), onde este passa por processos de análise e pasteurização para, posteriormente, ser consumido por bebês do próprio instituto e enviado a outras maternidades do Grande Rio e Volta Redonda. Mães com leite insuficiente, que adotaram filhos ou portadoras do vírus da Aids são as maiores beneficiadas pelo programa. Bombeira participante da iniciativa, Elizabeth Ferreira explica que, em termos de volume de leite, a Zona Sul da capital é a mais generosa: “São menos locais, mas cada mulher doa em grande quantidade. Na Zona Oeste e Baixada Fluminense

se acontece o contrário”. O programa é uma parceria entre as secretarias estaduais de Saúde e de Defesa Civil e a Fundação Oswaldo Cruz, que administra o Fernandes Figueira.

O instituto, no Flamengo, possui o banco de leite humano mais antigo do Brasil. Fundado em 1943, o BLH vem se firmando como centro de referência na América Latina e Caribe. A engenheira de alimentos Danielle Silva, que trabalha no setor de pasteurização do banco, afirmou que este recebe, em média, 450 litros de leite por mês. “O leite sofre pasteurização a 62,5°C, durante 30 minutos. Depois, ele é mantido nos freezers, onde sua vida útil chega a seis meses”, explica Danielle, ressaltando que o banco não trabalha com potes com tampas de metal, para não haver riscos de contaminação. “Às vezes, chega um pote assim, cheio de leite, mas infelizmente temos que jogar todo o conteúdo fora”, lamenta, lembrando que o BLH só trabalha com tampas plásticas.

EM DEBATE: CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS É SOLUÇÃO PARA DÉFICIT HABITACIONAL?

ANDRÉ DO PV

DEPUTADO ESTADUAL PELO PV

Sonho possível

Rafael Wallace



Sem dúvida os conjuntos habitacionais podem ser uma das mais eficazes soluções para o déficit habitacional do Estado do Rio de Janeiro. Quando conquista a moradia, a família do trabalhador materializa um sonho há muito acalentado. A casa, construída por esforço próprio ou adquirida por meio de uma política habitacional oficial, representa segurança, alegria e união. Filhas de um País injusto socialmente, quase oito milhões de famílias brasileiras ainda vivem sem o acesso à casa própria.

Os conjuntos habitacionais são viáveis porque podem resolver o déficit de quem não pode ser atendido pelas soluções de mercado. A média das famílias necessitadas de casas tem renda mensal de até três salários mínimos. É fundamental que os governos federal, estadual e municipais se unam em definitivo na adoção de uma política comum, com um único fundo de recursos voltado para a política habitacional. E quanto custa dar casa a quem precisa? No Brasil, são necessários investimentos de R\$ 12 bilhões por ano. É importante ressaltar que, mesmo com a garantia desse dinheiro, o déficit habitacional só seria extinto em 20 anos.

Os conjuntos habitacionais serão soluções de moradias dignas se buscarem a cidadania dos beneficiados, garantindo seu convívio familiar e social, com infra-estrutura adequada, respeito ao meio ambiente, e garantia de direitos básicos como educação, saúde, segurança, transporte e lazer.

“Quase oito milhões de famílias não têm acesso à casa própria”

Pesquisas indicam que os conjuntos habitacionais devem obedecer à tendência mundial, de envolver a população beneficiada na busca da qualidade de vida e na introdução de melhorias no seu novo habitat. Desta forma, as pessoas tornam-se solidárias, valorizam o que é delas e passam a ter uma visão crítica sobre seus direitos e deveres, enquanto cidadãs.

Nós, os legisladores deste estado, teremos muito trabalho na luta política em favor da garantia da moradia para todos nos próximos quatro anos. E vamos lutar para que mais famílias possam ter seus sonhos realizados.

WALDETH BRASIEL

DEPUTADA ESTADUAL PELO PL

União de forças

Rafael Wallace



O crescente processo de favelização tem grande influência nos altos índices de violência e criminalidade registrados nos centros urbanos de maior densidade populacional em todo o país. No Rio, centenas de milhares de pessoas chegam anualmente na capital em busca de oportunidades.

Durante décadas não tivemos, no estado, uma política habitacional voltada para os setores mais necessitados da população. O antigo BNH, que deveria exercer essa função, acabou desvirtuado, investindo a maior parte dos seus recursos em moradias para as classes média e alta, garantia certa do retorno dos financiamentos, sem cumprir a função social para a qual foi criado.

Ultimamente, os avanços nessa área têm sido significativos, embora ainda longe do ideal. Até porque o Governo do estado, sozinho, não consegue atender a toda a demanda por habitações populares. É preciso que o Governo federal e as prefeituras participem desse mutirão.

Medidas de caráter social apontam o caminho. Com um governo voltado para os setores mais carentes da população, poderemos contribuir para a solução de um dos problemas mais graves do país, o déficit habitacional. Basta apenas unir criatividade e competência administrativa.

“Muitos benefícios foram conseguidos, muito tem sido feito. Este é o caminho”

Recentemente em contato com a chefe do Gabinete Civil, Roseli Peçanha, conseguimos o envio de mensagem prorrogando os efeitos da lei que concede isenção de emolumentos cartorários e dos registros de que trata a Lei 6.015/73, na aquisição de imóveis da Cehab/RJ, financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, desde que os adquirentes apresentem seus títulos em cartório, para lavratura de escritura e registro, ainda, estendendo a isenção de que trata este artigo, na regularização fundiária dos imóveis, dos assentamentos humanos de família de baixa renda, através dos títulos de concessão do Direito Real de Uso ou promessa de Concessão, emitidos pelo poder público.

Muitos outros benefícios têm sido conseguidos, muito tem sido feito, esse é o caminho!

União no estado para salvar a Varig

PRESIDENTE DA CPI QUER QUE EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO EXIJAM SOLUÇÕES PARA IMPASSE DA EMPRESA

Dafne Capella

GEIZA ROCHA

O depoimento do presidente da VarigLog, João Luis Bernes de Souza, na Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a venda da Varig, no dia 17, reforçou em todos os integrantes da comissão a certeza de que sem a concessão do Certificado de Homologação de Empresa de Táxi Aéreo (Cheta) para a nova Varig será impossível resolver o impasse em que hoje se encontram os funcionários da antiga empresa. “A nova empresa não pode operar sem o Cheta e isso significa, na prática, que o processo de recuperação judicial da empresa ainda não foi concluído”, explicou o presidente da CPI, deputado Paulo Ramos (PDT). Para solucionar a questão, o parlamentar sugeriu ao secretário-chefe de Gabinete da Governadoria, Fernando Peregrino, que o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), a governadora Rosinha Garotinho e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sergio Cavaliere, se reúnam no Palácio Guanabara e marquem uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Precisamos dizer ao presidente que este impasse criado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) não é bom para o estado. Temos que tirar dele um



Paulo Ramos preside CPI da Varig: demora da Anac na emissão do Cheta deve ser discutida

compromisso político, é por aí que vamos resolver este problema”, afirmou o parlamentar, ressaltando que não vai abrir mão de investigar como foi o processo de venda da Varig. Segundo o deputado Paulo Ramos, que pretende ainda ouvir o presidente da Anac, Milton Zuanazzi, o ideal seria que os novos donos da Varig tivessem tomado o caminho natural, de sucessão, o que faria com que o Cheta fosse desnecessário.

Durante o depoimento, João Luis Bernes de Souza disse que o objetivo da companhia é recontratar os funcionários da Varig, tão logo seja liberado o Cheta. Ele afirmou também desconhecer o convênio firmado com o Governo estadual em 2004, que previa a manutenção dos 4,5 mil empregos no estado, o aumento da área de controladoria e do número de vôos nacionais e internacionais a partir do Aeroporto Internacional Tom Jobim e a permanência das sedes operacional e administrativa no estado.

Hotéis da Região dos Lagos reprovados

PESQUISA SOBRE ACESSIBILIDADE FEITA POR COMISSÃO DA ALERJ REVELA QUE 74,5% DOS ESTABELECIMENTOS NÃO CUMPREM A LEI

Com a proximidade do verão e o consequente aumento de turistas que visitam a Região dos Lagos na estação, a Comissão de Turismo da Alerj, presidida pelo deputado Glauco Lopes (PSDB), decidiu verificar a acessibilidade dos hotéis situados nas cidades mais procuradas da região: Búzios, Cabo Frio e Rio das Ostras. Apesar da Lei 4.326/04, de autoria do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), do próprio Glauco Lopes e da parlamentar Georgette Vidor (PPS), determinar que todos os locais de interesse turístico do estado sejam acessíveis a portadores de qualquer tipo de deficiência, a

pesquisa realizada pela comissão revelou dados nada animadores: dos quartos avaliados em 110 hotéis e pousadas, apenas 28 estão completamente adaptados, ou seja, 74,5% dos estabelecimentos descumprem a lei. A comissão também pretende divulgar as condições de acessibilidade dos hotéis de outros municípios.

Foram consultados 38 hotéis em Cabo Frio e 15 em Rio das Ostras, e em ambas as cidades foram registrados apenas dois quartos adaptados às PPD. Já a cidade de Búzios saiu na frente no ranking da acessibilidade: 42% dos hotéis e pousadas da região estão acessíveis. Das 57 instala-

ções verificadas, 24 estão aptas a receber os portadores de deficiência. De acordo com o presidente da comissão, porém, o resultado é insatisfatório. “A norma determina que hotéis ou pousadas tenham pelo menos um quarto acessível”, criticou Lopes, lembrando que, após a sanção da lei, a comissão desenvolveu, em parceria com o Núcleo Pró-Acesso da UFRJ, o guia “Acessibilidade para Todos: Uma Cartilha de Orientação” e encaminhou o texto às Câmaras e Prefeituras dos 92 municípios do Rio. “Deixamos claro que os riscos aos quais estão expostas as PPDs podem ser eliminados”, disse o deputado.

ENTREVISTA GRAÇA MATOS

DEPUTADA PELO PMDB

'A distribuição dos royalties é injusta'

GEIZA ROCHA

São Gonçalo aprovou a atuação da deputada Graça Matos (PMDB). Em terceiro lugar no ranking dos mais votados, a parlamentar foi eleita para o quinto mandato com 92.163 votos, sendo 78.479 votos apenas no município. A receita para o sucesso é simples: "Quem deixa para trabalhar apenas em época de eleição não ganha. Temos que ouvir a população, lutar pela melhoria de vida das pessoas nos quatro anos de mandato. O que fiz foi intensificar este trabalho no período eleitoral. E o povo reconheceu", explica a parlamentar, que hoje ocupa o cargo de primeira-secretária da Casa. Indagada sobre o que achou das eleições deste ano e das restrições impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu a realização de showmícios e a distribuição de brindes, a deputada foi categórica: "Foi ótimo. Sem os brindes, a população foi ouvir as propostas e escolheu quem trabalha", afirma a deputada.

O que a população pode esperar da senhora neste quinto mandato?

Neste quinto mandato vou dar continuidade ao que sempre fiz: trabalhar muito por São Gonçalo e pelos municípios de Itaboraí, Tanguá, Niterói e Maricá, apresentar emendas ao orçamento do estado e lutar para que estas emendas saiam do papel, como no caso de Rio do Ouro e Santa Isabel, bairros para onde conseguimos levar água. Pretendo retribuir a votação que a cidade me deu buscando investimentos e melhorando a qualidade de vida da população.

Este ano, a região no entorno de São Gonçalo passará por importantes mudanças, com a instalação do Pólo Petroquímico e o início da exploração de petróleo da Bacia de Santos. Que perspectivas se abrem, então?

A Bacia de Santos foi descoberta no iní-



cio do ano de 2000, e agora começará a ser explorada. Junto com a refinaria que será construída em Itaboraí, ela trará mais royalties, que poderão ser investidos na melhoria da qualidade de vida da população, o que vai exigir a união da classe política para desenvolver estas cidades e trazer mais infra-estrutura e

"Vou dar continuidade ao que sempre fiz: trabalhar, e muito, por São Gonçalo"

crescimento. Minha luta neste Orçamento será o de levar escolas técnicas para esta região, a fim de formar mão de obra especializada.

Como a Alerj pode atuar na questão da utilização dos royalties?

A questão dos royalties precisa ser revista. Municípios como Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo têm uma população imensa e a distribuição é muito desigual. Temos que revisar a distribuição

dos royalties. Concordo que os municípios limítrofes recebam esta compensação, mas ela deve ser proporcional à renda per capita das cidades.

O Metrô de São Gonçalo se tornou promessa de campanha de muitos candidatos. Ele é viável?

Muitos candidatos prometeram o Metrô para São Gonçalo, este é um projeto antigo. Mas quando se falava, em 1996, neste projeto, não havia possibilidade de viabilizá-lo. Hoje ele é viável, está consolidado e o Estado terá condições de dar a sua contrapartida. Basta termos um governador compromissado com este projeto, que é importantíssimo.

Que avaliação a senhora faz da nova composição da Alerj?

Na minha visão, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói e Maricá passaram a ter uma composição melhor do que nos anos anteriores. O "outro lado da poça", como costumam chamar os cariocas, tem uma representação muito boa na próxima legislatura. Esperamos contar com estes deputados para trabalhar unidos por estas regiões.